

Boston prevê acordo em maio

O Brasil deve fechar o acordo com os bancos internacionais e o Fundo Monetário Internacional até fins de maio, sem pedir novos recursos aos bancos, disse ontem o presidente do Federal Reserve Bank of Boston, Frank Morris, com base em informações prestadas pelo presidente do Banco Central do Brasil, Antônio Carlos Lemgruber.

Morris, que está no país desde o último fim de semana, participou ontem de um debate na Fundação Getúlio Vargas sobre os rumos da economia mundial e norte-americana. A ser indagado, ao final do seminário, se o Federal Reserve dos EUA poderia vir a auxiliar o Brasil, caso o país enfrentasse dificuldades por não fechar o novo acordo até maio, respondeu:

— Eu almocei com Lemgruber no início desta semana e o presidente do Banco Central do Brasil me assegurou que o acordo com o FMI e os bancos deverá ser fechado no máximo até fins de maio, não havendo portanto, necessidade uma nova prorrogação do sistema temporário que está em vigor.

Quanto a novos recursos, a informação obtida pelo presidente do Federal Reserve de Boston (um dos 12 bancos centrais regionais dos Estados Unidos) na conversa com Lemgruber foi a de que o Brasil precisaria, sim, de mais empréstimos, este ano, só que esses empréstimos não seriam obtidos junto aos bancos. Lemgruber explicou que pretendia conseguir os recursos adicionais através de

investimentos diretos, créditos comerciais e junto às instituições financeiras internacionais.

Também se encontra fora de hipótese, na opinião de Morris, a capitalização dos juros da dívida externa brasileira. Ele acha que os bancos norte-americanos e as instituições financeiras oficiais dos EUA não deverão conceder tal facilidade ao Brasil, "pois diminuiria a necessidade de que o Governo brasileiro continuasse a realizar o ajuste econômico interno".

A respeito da economia a norte-americana, em sua palestra, o presidente do Federal Reserve of Boston informou que semana passada o presidente Reagan fechou um acordo com o Congresso dos EUA, que visa reduzir o déficit orçamentário em cerca de 100 bilhões de dólares, nos próximos três anos. Para isso, será feito um corte gradativo nas despesas militares e nos benefícios sociais, que até uma inflação de 2% não serão corrigidos monetariamente.

Essa redução do déficit fiscal, gradual (*soft landing*), nesse período de três anos deverá acarretar, de acordo com Morris, a queda lenta do dólar e, em parelelo, a queda dos juros, permitindo uma taxa mais elevada de crescimento das economias europeias e redução do serviço da dívida dos países latino-americanos. Em compensação, com o dólar menos valorizado, o déficit comercial dos EUA deverá se reduzir, caindo o volume das exportações para esse país.